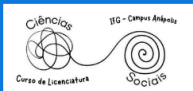




Simpósio do Curso
de Licenciatura em
Ciências Sociais

Transgredir o Silêncio

fazer Ciências Sociais aqui e agora



Instituto Federal de Goiás
Campus Anápolis

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CÂMPUS ANÁPOLIS

ANAIS VIII SIMPÓSIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TRANSGREDIR O SILÊNCIO: FAZER CIÊNCIAS SOCIAIS AQUI E AGORA

18 a 22 de novembro de 2024

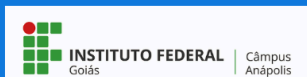
RESUMOS

COMISSÃO CIENTÍFICA

ANDRÉIA FARINA DE FARIA
KAMYLLA PEREIRA BORGES
DANILO JOSÉ DALIO
NEVILLE JULIO DE VILASBOAS E SANTOS
SANDRO DE OLIVEIRA SAFADI

ISBN 978-65-981942-4-6

ANÁPOLIS/GO
2024



DESAFIANDO A ORDEM PATRIARCAL: RESISTÊNCIAS FEMININAS NA FORMAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA

DA CUNHA, Alessandra Coelho¹

¹Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis. alessandracoelho67476@gmail.com

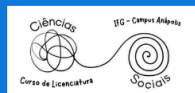
O presente estudo investiga a relação antagônica entre a resistência feminina e o sistema patriarcal opressor no Brasil, durante a Primeira República (1889-1930). Baseando-se na obra da historiadora e ativista feminista Margareth Rago, a pesquisa analisa como o patriarcado moldou o imaginário social feminino, criando um modelo ideal de mulher submissa e confinada ao lar, e explora as estratégias de resistência que as mulheres desenvolveram nesse contexto. O patriarcado, que já existia antes da República, intensificou-se ao se beneficiar de ideologias como o positivismo de Auguste Comte, a medicina higienista e a moralidade burguesa, que reforçavam o controle sobre os corpos femininos hegemônicos, retratando as mulheres como mães e rainhas do lar, enquanto limitavam suas liberdades. A obra de Margareth Rago serve como uma base crítica para compreender esse período, revelando que, apesar da dominação patriarcal, as mulheres resistiram de diversas formas, especialmente por meio de movimentos sociais como o anarquismo, que lhes ofereceu um espaço para organização e conscientização de suas demandas. A partir de uma análise crítica das fontes históricas, o estudo foca nas ações e lutas sociais femininas que desafiavam o patriarcado e questiona as normas impostas sobre seus corpos e identidades. A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa, centrada em revisão bibliográfica, especialmente na análise de documentos e materiais jornalísticos da época. Os dados coletados foram organizados em fichas de leitura e analisados por meio de uma técnica de análise de conteúdo, buscando padrões e temas que permitissem uma reflexão profunda sobre a permanência do patriarcado na sociedade contemporânea e as estratégias de resistência feminina. O estudo foi guiado por questões como: por que o domínio sobre os corpos femininos hegemônicos interessava ao patriarcado? E por que, mesmo com o avanço da educação feminina, o patriarcado permanece tão forte? Os resultados revelam que a resistência feminina foi fundamental para romper, mesmo que parcialmente, o controle patriarcal e destacar as contradições dentro do sistema que relegava as mulheres ao silêncio e à invisibilidade. A análise também sugere que o patriarcado na Primeira República foi decisivo para a formação das desigualdades de gênero que ainda persistem no Brasil. A obra de Margareth Rago, ao se debruçar sobre o movimento anarquista e sua contribuição para o empoderamento feminino, evidencia como a resistência foi construída em meio a um cenário de repressão e controle dos corpos. Ao final do estudo, conclui-se que resgatar as histórias de resistência feminina é essencial para desnaturalizar as desigualdades de gênero e promover uma sociedade mais justa. A pesquisa ressalta que o patriarcado permanece uma força estruturante nas relações de gênero no Brasil, apesar dos avanços obtidos, e que as lutas femininas contemporâneas têm raízes históricas



Simpósio do Curso
de Licenciatura em
Ciências Sociais

Transgredir o Silêncio

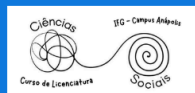
fazer Ciências Sociais aqui e agora



Instituto Federal de Goiás
Campus Anápolis

profundas que precisam ser continuamente reconhecidas e debatidas. Ao dar visibilidade a essas narrativas, o trabalho contribui para uma compreensão mais abrangente da história brasileira e da importância de enfrentar as fissuras sociais relacionadas ao gênero que perduram até os dias de hoje.

Palavras-chave: Patriarcado. Resistência Feminina. Controle de Corpos. Formação Histórica Brasileira. Primeira República.



A HIERARQUIA NOS ESPAÇOS VIRTUAIS DA COMUNIDADE BDSM NO CENTRO-OESTE

SANTOS, Layse Vieira¹

¹Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis, contato.laysevs@gmail.com

O presente resumo apresenta um recorte de pesquisa que busca etnografar virtualmente grupos da comunidade BDSM - acrônimo para bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo -, sob a ótica das relações hierárquicas relacionadas à prática erótica consentida. O recorte está situado na formação de comunidades fetichistas no centro-oeste brasileiro, no eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, e se observa como as relações sadomasoquistas são influenciadas pelas condições hegemônicas da cultura e como se dá sua virtualização. A etnografia virtual é realizada a partir da identificação, sistematização e análise de conteúdos expostos em dois grupos de WhatsApp de BDSM com duas propostas diferentes de interação e as redes sociais Instagram e Facebook, para compreender em que medida os BDSMers (re)significam as normas de gênero e sexualidade e as subvertem, e como essa (re)significação é fundamentada a partir de praticantes locais na organização vertical da comunidade a partir dos grupos virtuais. No campo, há a interação como pesquisadora e parte da comunidade, buscando sistematizar por meio da análise de conteúdo, os acontecimentos e discussões que geram maior engajamento, respeitando o anonimato de BDSMers e buscando identificar o perfil dos participantes, ou seja, levantar marcadores sociais que corroboram a compreensão da comunidade territorialmente estabelecida. A hierarquia no BDSM, que se dá através da relação Top/bottom nos moldes da prática erótica consentida, é discutida de forma que a verticalidade das práticas seja respeitada, porém há discursos divergentes no que de fato significaria essa hierarquia nas duas vertentes apresentadas - Old e New BDSM -, convém identificar a posição de Switcher, termo utilizado para pessoas que tanto aplicam, quanto recebem as práticas, transitando entre os dois lados da hierarquia. Na relação poder-hierarquia, alguns praticantes acreditam que o real poder numa relação BDSM está no bottom, pois é essa figura que define os limites inegociáveis e que cede ao outro seu corpo para realizar seus fetiches, demonstrando nesse sentido que estar acima na hierarquia, não significa necessariamente ter o poder. No processo de etnografia virtual, um participante - Top, homem e heterossexual - do Grupo 2 da análise no WhatsApp, declara: "Top manda e bottom obedece", o que pode sugerir que um bottom não teria poder de agência sobre seus prazeres e limites, e estabelecendo como regra um formato relacional que se aproximaria mais de dinâmicas específicas da comunidade do que dela de forma ampla ou intrínseca. Entendendo esses marcadores como dados de importância em comum nos grupos da região geográfica pesquisada, engajamos as teorias de gênero para melhor compreender o campo e seus sistemas internos de poder, e os diferentes recortes em relação às mulheridades, transgeneridades, geração/vertente de



pensamento, localização geográfica, renda e posições hierárquicas na comunidade. Alinhamos pesquisa acadêmica e ativismo político na agenda deste estudo, a fim de compreender como os desdobramentos do BDSM o remeteu a uma prática/categoria sexual de baixo estrato. Para os adeptos das comunidades observadas, o BDSM, na prática, nada mais é do que um jogo com tempo de início e fim, jogado por duas pessoas adultas com capacidade de consentimento, realizado da forma mais segura possível - utilizando as bases de segurança -, previamente acordada e com recursos que permitem o fim da interação erótica a qualquer momento - com palavras e gestos de segurança. Nesse sentido compreendemos como a defesa do Old BDSM se faz à medida que se argumenta sobre supostos valores da comunidade que foram perdidos nos anos recentes - em que surgiria o New BDSM em oposição a esse valores -, no processo de observação participante percebeu-se que a defesa é realizada em dois contextos distintos: primeiro em um momento de reafirmação de uma hierarquia total do Top sobre o bottom e posteriormente em um momento de crítica ao BDSM se tornar uma comunidade *mainstream*, dessa forma atraindo pessoas curiosas, seduzidas por uma visão distorcida do BDSM, que não faria jus à realidade da comunidade e suas bases de consentimento e segurança. Consideramos então, que a divisão entre Old e New BDSM é o aspecto de maior relevância na compreensão dos fatores de hierarquia e poder nas práticas e convivência na comunidade, organizando dois pontos de vista distintos em relação às problemáticas apresentadas.

Palavras-chave: sexualidades dissidentes; comunidades; BDSM.



UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS AO COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

OLIVEIRA, Amanda Cristina¹; DALIO, Danilo José².

¹Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis

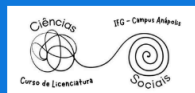
²Instituto Federal de Goiás e Câmpus Anápolis, danilo.dalio@ifg.edu.br

A violência de gênero é fruto da desigualdade de gênero presente em nossa sociedade, diversos são os estudos voltados para este tema, notando-se a necessidade do aprofundamento no que envolve esta questão, pois a violência de gênero afeta diariamente inúmeras mulheres no mundo, principalmente no Brasil, as políticas públicas são instrumentos em que o Estado pode utilizar-se para ajudar no enfrentamento deste problema, visto que segundo a Carta Magna da Constituição Federal é papel do Estado contribuir com a erradicação das desigualdades sociais. Nos estudos voltados a estas políticas compreende-se que são pautadas por uma agenda política, essa agenda se trata de um “espaço problemático” da sociedade, onde os problemas encontrados na sociedade e que possam ser resolvidos através de políticas públicas, são incorporados a esta agenda, entretanto, não se trata de um processo técnico, o processo de encontro de problemas e a definição da agenda, estão interligados aos processos ideológicos e aos jogos de poder que estão dentro do jogo político. As políticas públicas são mecanismos do Estado para trazer o bem estar público e social, pautados nas necessidades de seus cidadãos, em diferentes áreas, como saúde, educação, segurança e com a necessidade de diferentes recortes pensando nas desigualdades sociais presentes na sociedade, como raça, classe, gênero e outras, logo faz se necessário os estudos voltados para compreensão do papel do Estado e das políticas pública. O Estado brasileiro em seu poder executivo, é separado por Federal, Estadual e Municipal, nesta pesquisa delimitamos o estudo a esfera municipal, mais precisamente ao município de Anápolis, a fim de compreender mais precisamente a questão da violência de gênero na cidade de Anápolis. Para isto, precisamos compreender historicamente e socialmente a violência de gênero e as dificuldades para o seu enfrentamento, para assim entender o papel do município no combate a violência de gênero e suas formas de atuação, também compreender as necessidades e as perspectivas das cidadãs anapolinas, que são as que sofrem com esta forma de desigualdade. Nesta pesquisa tem como objetivo compreender e analisar a dimensão da violência de gênero na cidade de Anápolis, além disso analisar como o município tem intervindo para que a violência de gênero em Anápolis seja erradicada. O tipo de pesquisa utilizado neste projeto de conclusão de curso, será a exploratória, inicialmente será utilizado a revisão bibliográfica, visando reunir, analisar e discutir estudos já realizados sobre o tema em questão, a fim de trazer fundamentos teóricos para pesquisa, além disto será utilizado a aplicação de questionários para as mulheres que residem no município de Anápolis, a fim de compreender como estas mulheres



tem se sentido no que diz as questões de violência de gênero na região de Anápolis e também traçar uma perspectiva deste problema na cidade. Por fim, espera-se compreender os impactos e dimensões da violência de gênero na cidade, apresentar as medidas que o município tem tomado diante deste problema, buscando analisá-las de modo com que seja possível entender a sua finalidade e eficiência, contribuindo assim para o aprofundamento das questões de gênero na cidade, possibilitando assim através deste estudo o aprofundamento do combate a violência de gênero.

Palavras-chave: gênero; violência; município; Anápolis; política.



A INFLUÊNCIA DO CORONELISMO NA IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA

SOUZA, Alex Brito de¹.

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

O coronelismo foi uma prática político-social que floresceu durante a primeira República (1889-1930). Os coronéis eram os latifundiários que exerciam o domínio político no interior do Brasil e coagiam o povo a votar em seus candidatos, mantendo-se, dessa forma, no poder. O voto era aberto e as constantes fraudes eleitorais permitiam a manutenção das oligarquias no poder. Caso o eleitor não votasse no candidato indicado pelos coronéis, poderia ser punido. O coronelismo configurou como uma forma de controle em que uma elite, guiada pelo proprietário rural, dominava o cenário local, dessa forma controlando os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local. O coronel é uma pessoa influente, que exerce um poder maior do que as instituições que ele representa. Esse tipo, em alguns casos considerados como líderes natos, normalmente encontra amplo apoio pelas suas práticas. Esse apoio pode ocorrer por medo, falta de conhecimento do povo ou até mesmo por pessoas que desejam se favorecer desfrutando dos favores da prática do coronelismo. O coronelismo direciona como o povo deve agir e pensar, mas na verdade exerce um poder despótico contra o povo. O coronel está acima da instituição a qual ele representa. O coronelismo é uma forma de liderança arcaica, mas que ainda é encontrado hoje no Brasil com novas facetas. Neste aspecto, há um coronelismo evangélico, termo adaptado do real coronelismo e que é exercido em algumas denominações de vertente evangélica. Um outro lado desta questão é o repúdio de outras formas religiosas evangélicas que lutam por um Estado laico, pois compreendem que a democracia deve ouvir e atender, sem exceção todas as vozes no âmbito da pluralidade cultural e religiosa brasileira. Há um constante debate do uso político e sua aderência por algumas matrizes evangélicas brasileiras, geralmente neopentecostais. Quem adere a um discurso religioso manipulador, que busca impor sua ideologia de fé sobre o outro, manipula o sagrado e os seus ouvintes, impondo-lhes o silêncio pelo carisma, o que em Weber significa poder. O carisma do sacerdote equivale ao carisma dos coronéis, revelando ainda hoje esta prática que foi readaptada para o contexto religioso brasileiro, mas agora com fortes tendências políticas. O sacerdote representa a instituição, portanto sua voz ecoa por onde tiver a presença de sua denominação (Igreja). As vozes das ameaças, comuns em certos ambientes evangélicos, como o medo da condenação eterna por algum pecado cometido, receberam roupagem política, as ameaças agora estão voltadas para condenar certos políticos e seus partidos. Dentro deste quadro, as Igrejas que optam por tal prática possuem a imagem de um grande colégio eleitoral. O que foge radicalmente aos princípios básicos do cristianismo. O coronelismo evangélico é um símbolo do atraso e da falta de ética, ao mesmo tempo que indica uma forte presença teológica, hoje conhecida como a Teologia do Domínio. Esta que apela aos textos do livro



sagrado dos judeus, o Antigo Testamento, para fincar suas bases na classe social menos informada, os pobres, estes que pouco tem voz na sociedade. O coronelismo evangélico é autoritário e ameaçador, ele silencia todas as vozes que ousarem ir de encontro à ideologia dos coronéis/sacerdotes. O discurso do medo é o modo de operação que silencia os mais fracos no âmbito eclesiástico. Nestes últimos anos está visível uma clara penetração do discurso político dentro de alguns ambientes evangélicos, seja para exigir votos a determinados candidatos ou para votar naqueles que representarão os interesses da denominação no jogo político. Algumas reuniões, os chamados cultos, em tempos de eleição são verdadeiros palanques políticos. O coronelismo evangélico se apresenta de maneira carismática, advogando um certo poder que possuem diante do sagrado, o que reforça e dá legitimação ao seu discurso religioso. Este carisma junto ao sagrado é o que lhes confere a autoridade que não pode ser questionada. A Teologia do Poder se une a antiga Teologia da Prosperidade, o que, neste sentido, significa que a obediência ao sacerdote simboliza uma garantia de ganhos materiais neste mundo. Esta metodologia se une ao discurso autoritário, mas que deseja amansar o fiel, a obediência ao sacerdote, a ausência de reflexão do fiel irá gerar lucro. O coronelismo evangélico para aumentar seu carisma e aceitação fala constantemente de conquistas e de bênçãos. As conquistas materiais provam a eficácia do discurso do sacerdote. Neste sentido, ele quase que se assemelha a um feiticeiro, um mago, em que o sagrado atende as suas petições. A utilização das Ciências Sociais em diálogo com a Teologia gera uma práxis de vida que compreende a realidade dos mais sofridos em nossa sociedade, as Igrejas, sempre lotadas com a presença deles (as), devem servir também como comunidades de escutatória e não de imposição ou silêncio destinado a eles (as).

ENTRE FATOS E FICÇÕES: A BUSCA POR UMA DEMOCRACIA INFORMADA - DOCUMENTÁRIO

LIMA, Raphael Fillipe Cordeiro de¹; DALIO, Danilo José²

¹Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis, raphael.fillipe@academico.ifg.edu.br.

²Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis, danilo.dalio@ifg.edu.br

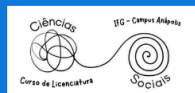
O documentário Entre Fatos e Ficções realiza uma investigação aprofundada sobre o impacto das fake news e da manipulação política na cidade de Anápolis, que se destaca por sua rica diversidade cultural e histórica. A relevância deste projeto justifica-se pela necessidade urgente de compreender como a disseminação de informações falsas ameaça a coesão social e a cultura democrática, contribuindo para a polarização e a desinformação que permeiam a sociedade contemporânea. Em um contexto onde a verdade parece ser cada vez mais flexível e a pós-verdade se torna uma estratégia comum no discurso político, é crucial explorar os mecanismos que impulsionam essa dinâmica. Os objetivos centrais do documentário incluem a promoção da conscientização acerca dos perigos da pós-verdade e da manipulação das emoções políticas, além de encorajar o engajamento cívico da população. O projeto pretende não apenas apresentar as nuances da desinformação, mas também equipar os cidadãos com as ferramentas necessárias para discernir informações verídicas de narrativas enganosas. A metodologia adotada é de caráter investigativo, englobando entrevistas com especialistas em ciências políticas, políticos locais, jornalistas e demais profissionais das humanidades, além de relatos de cidadãos que vivenciaram ou foram impactados por desinformações. Essa abordagem multifacetada permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno das fake news, revelando suas consequências tanto em nível local quanto nacional. O desenvolvimento do documentário abrange casos concretos e emblemáticos de desinformação, analisando suas repercussões na vida cotidiana dos moradores de Anápolis e na esfera política. Para isso, recursos audiovisuais são utilizados de maneira a evidenciar o poder das emoções e a influência da pós-verdade na distorção do debate público. Além disso, o documentário realiza uma análise crítica dos desafios enfrentados para garantir um espaço de debate saudável e informa sobre práticas eficazes de combate à desinformação. Entre os resultados esperados, destaca-se uma reflexão sobre a importância da educação midiática e a valorização da cultura local como elementos essenciais na formação de cidadãos críticos e conscientes. A educação midiática é fundamental para capacitar a população a navegar pelo complexo ambiente informativo atual, permitindo que os cidadãos desenvolvam habilidades de análise crítica e pensamento reflexivo. A conclusão do projeto aponta para a necessidade de um engajamento cívico contínuo, enfatizando a construção de uma comunidade resiliente e bem-informada, que valorize a transparência e a



Simpósio do Curso
de Licenciatura em
Ciências Sociais

Transgredir o Silêncio

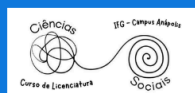
fazer Ciências Sociais aqui e agora



Instituto Federal de Goiás
Campus Anápolis

verdade. O documentário Entre Fatos e Ficções será exibido em plataformas online e eventos comunitários, com o intuito de servir como uma ferramenta educativa e de mobilização para a população de Anápolis, além de fomentar futuras pesquisas acadêmicas na área das Ciências Políticas, ampliando o debate sobre desinformação e cidadania no contexto brasileiro.

Palavras-chave: fake-news; pós-verdade; manipulação política; democracia; educação midiática.



MEMÓRIA E EMOÇÃO: AS PERSPECTIVAS E IMAGINÁRIOS DOS PORTADORES DE HIV NA LITERATURA ACADÊMICA.

HOMERCHER, Alice Ariel¹ ;DALIO, Danilo José².

¹Instituto Federal de Goiás, Anápolis, alice.homercher@academico.ifg.edu.br.

²Instituto Federal de Goiás, Anápolis, danilo.dalio@ifg.edu.br.

A epidemia de HIV/AIDS, desde sua eclosão na década de 1980, trouxe profundas consequências clínicas e de saúde pública, além de gerar complexas narrativas sociais e culturais. Entre os aspectos mais impactantes estão as memórias e emoções dos portadores do vírus, frequentemente marcadas por estigmas e discriminações. A literatura acadêmica aborda essas questões sob diferentes perspectivas, destacando como essas memórias, muitas vezes silenciadas ou esquecidas, podem revelar dinâmicas profundas de identidade e exclusão social. O presente artigo propõe-se a analisar como as emoções e memórias dos portadores de HIV têm sido representadas na produção acadêmica, utilizando os referenciais teóricos de Clifford Geertz, Maurice Halbwachs e Michael Pollak para guiar a discussão sobre processos de memória coletiva, estigma e resiliência. O objetivo geral deste estudo é realizar uma análise da literatura acadêmica sobre as representações das memórias e emoções dos portadores de HIV. Especificamente, busca-se: Investigar como a memória coletiva e individual dos portadores de HIV é discutida na literatura acadêmica; Analisar a maneira como as emoções, especialmente relacionadas ao estigma e à discriminação, são tratadas nos estudos sobre HIV; Explorar as teorias de memória coletiva (Halbwachs), antropologia interpretativa (Geertz) e estigma social (Pollak) para entender os imaginários sociais associados ao HIV; Identificar padrões e lacunas na produção acadêmica, orientando caminhos futuros para a pesquisa. Este trabalho seguirá a metodologia de pesquisa bibliográfica, realizando uma revisão crítica da literatura existente sobre as memórias e emoções dos portadores de HIV. Serão consultados artigos científicos, livros, teses e dissertações em bases de dados como Scielo, Google Scholar, JSTOR e periódicos acadêmicos disponíveis em repositórios de universidades. Os critérios de inclusão serão a relevância dos textos para o tema proposto, priorizando publicações entre as décadas de 1980 e 2020, que abordem os aspectos sociais, culturais e psicológicos do HIV, com foco em memórias, emoções e estigma. A análise dos textos será conduzida por meio de uma abordagem de análise de conteúdo, permitindo a identificação de temas recorrentes e categorias interpretativas. Embora o estudo ainda esteja em andamento, as revisões preliminares da literatura indicam que as memórias dos portadores de HIV são frequentemente representadas em torno de narrativas de exclusão social e



Simpósio do Curso
de Licenciatura em
Ciências Sociais

Transgredir o Silêncio

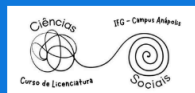
fazer Ciências Sociais aqui e agora



Instituto Federal de Goiás
Campus Anápolis

estigmatização. Há também um foco significativo nas estratégias de resiliência emocional que esses indivíduos desenvolvem para lidar com o estigma social. No entanto, observa-se que muitos estudos ainda deixam de abordar a complexidade das emoções desses indivíduos, especialmente em relação à superação e ao esquecimento voluntário ou involuntário de experiências traumáticas. As teorias de Halbwachs e Pollak são frequentemente utilizadas para explicar como essas memórias são construídas coletivamente, mas existe uma lacuna na interseção entre memória coletiva e os sentimentos individuais de vergonha, medo e resistência. Este artigo contribuirá para uma compreensão mais ampla das representações de memória e emoção na literatura acadêmica sobre HIV, destacando a tensão entre esquecimento, estigma e resiliência. A pesquisa sugere que, embora muito tenha sido discutido sobre o impacto social do HIV, ainda existem lacunas no entendimento das vivências emocionais mais profundas dos portadores, especialmente no que se refere à construção e compartilhamento de memórias. Espera-se que este estudo não apenas sintetize as principais contribuições teóricas, mas também abra novas perspectivas para a investigação acadêmica, promovendo uma discussão mais inclusiva sobre as experiências dos portadores de HIV.

Palavras-chave: HIV; memória coletiva; estigma; emoções; literatura acadêmica.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TRABALHO DOCENTE: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

VIEGAS, César Augusto¹; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos^{2*}

¹Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis.

²Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis. helena.claudia@ifg.edu.br

A Inteligência Artificial (IA) tem sido debatida por distintas áreas do conhecimento devido a sua agilidade em adaptar suas funções e influência em diversos setores, incluindo na educação. Dessa forma, a IA representa um marco no âmbito dos avanços tecnológicos ao desenvolver recursos como chatbots e inteligências generativas que ampliam as funções das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDCI). Corroborando os pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético e da Teoria Crítica da Tecnologia e considerando a realidade concreta, a IA desafia a comunidade científica a compreender seus usos, impactos e possibilidades. Através dos entendimentos elucidados por Andrew Feenberg, consideramos o desenvolvimento tecnológico envolto pelo social, uma visão construtivista da tecnologia onde ela é produzida socialmente, sob uma base cultural pré-existente do objeto. Concomitantemente, o desenvolvimento de tecnologias em forma de inteligências artificiais nos apresenta as problemáticas de uma economia informacional inserida no mercado de dados neoliberal e colonial. Esses aspectos são levados em consideração na análise das pesquisas selecionadas e abordadas como uma questão ou uma não-questão, mobilizando Sérgio Amadeu da Silveira. A pesquisa foi originalmente realizada entre setembro de 2023 e agosto de 2024, recebeu financiamento da CAPES, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e permanece relevante, visto que o crescente avanço das tecnologias de IA em instituições educativas consiste em pressuposto confirmado durante a análise de literatura então desenvolvida. Com o objetivo de analisar o impacto da IA nas práticas pedagógicas, buscou-se mapear estudos e pesquisas que tratem de sua influência no trabalho docente em produções científicas publicadas entre 1997, data de criação do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), e 2023, bem como elaborar um panorama atual da IA na educação. A cartografia metodológica da pesquisa configura um estudo de natureza exploratória do tipo bibliográfico. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que um estudo amplo do objeto de pesquisa foi desenvolvido considerando as problemáticas sociológicas e o contexto educacional do desenvolvimento da IA. A seleção dos descritores utilizados durante a revisão bibliográfica considerou os entendimentos acadêmicos sobre o tema e os idiomas inglês e português brasileiro, para maior abrangência. A delimitação envolve operadores lógicos booleanos, relacionando os termos da pesquisa. Dada a ampla aplicação das tecnologias de IA, os descritores buscaram delimitar a problemática tecnológica-educacional e a relação com o trabalho docente. Essa



abordagem metodológica garantiu a inserção de estudos relevantes e a qualidade de dados coletados. Os critérios de inclusão dos trabalhos levaram em consideração a relação direta de IA com a educação e o trabalho docente, excluindo aqueles que não se relacionavam diretamente com educação, trabalho docente ou tratavam de outras áreas do conhecimento. A revisão bibliográfica em plataformas de base de dados (Consensus, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES) resultou na seleção de 26 artigos que discutem a relação entre IA e trabalho docente, em diferentes perspectivas temáticas e teóricas, em que se buscou observar os temas abordados, as metodologias empregadas e os resultados das pesquisas. Na etapa de cartografia temática foram identificados 3 temas centrais e 20 sub tematizações, que incluem pontos como a personalização do ensino pela IA, pensamento computacional, entre outros. A ideia de IA, como ferramenta em forma de *chatbots* (plataformas com uma pluralidade de possíveis *prompts* e respostas diferentes), foi identificada na elaboração dos trabalhos que ora buscavam mobilizar os recursos tecnológicos como uma nova forma de trabalhar educação (abordagem mais comum), ora traziam as discussões sobre a presença dos seres humanos e as implicações éticas do conhecimento acumulado em bases de dados e reagrupado algorítmicamente pelas IAs (abordagem menos comum). Os principais resultados, seja pela presença ou ausência da problematização nos trabalhos selecionados, indicaram a necessidade de pesquisas críticas sobre as implicações éticas da IA na educação, enfatizando a insubstituibilidade do professor. A tecnologia não cessa em seus avanços, faz-se necessário que junto a ela sejam elaboradas as problemáticas relacionadas às consequências dessas interações, ser humano-máquina, e quais são os interesses políticos, econômicos e sociais embutidos nelas. A análise revelou que, apesar das inovações prometidas pela IA, surgem preocupações relacionadas ao plágio, à privacidade, colonialismo de dados e à possível desumanização do ambiente escolar. Conclui-se que há necessidade de continuação dos estudos no campo, através da perspectiva político-pedagógica e que a educação deve priorizar uma formação inicial e continuada crítica dos docentes para lidar com os desafios, de modo que a IA seja vista como um recurso metodológico-didático, em detrimento de um substituto do trabalho humano na educação.

Palavras-chave: inteligência artificial; trabalho docente; educação; implicações éticas.



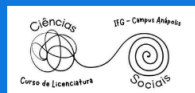
CURRÍCULO E RECONHECIMENTO: IDENTIDADES NEGRAS E QUEER NO NOVO ENSINO MÉDIO EM GOIÁS

VIEGAS, César Augusto¹; CARVALHO, Thiago Macedo de²

¹Graduando em Ciências Sociais pelo Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis,
viegas.boas@outlook.com

²Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB), thiago_mcarvalho@hotmail.com

A presente pesquisa investiga a invisibilidade promovida pelo currículo do Novo Ensino Médio no estado de Goiás (DC-GOEM) na formação plural dos sujeitos. Partindo de uma pretensa universalidade e neutralidade técnico-científica, o documento curricular não contempla a diversidade humana nem denuncia as desigualdades impostas. O estudo problematiza como a identidade negra e as identidades abrangidas pela teoria Queer são negligenciadas, ou seja, como as pessoas que integram esses espaços sociais são invisibilizados e, dessa forma, silenciados no interior da educação formal. A educação em uma perspectiva libertadora é entendida de forma ampla, não limitada em inserir o estudante no mercado de trabalho, como propõe o empreendedorismo, alojado tal qual uma chaga nas diretrizes educacionais vigentes. O fazer docente instruído por tais elementos insere o estudante em sociedade, sem se preocupar de maneira central com o reconhecimento do próprio sobre si mesmo e sobre as outras pessoas, não sendo dado a ele na educação formal categorias de análise suficientes para uma visão plural de mundo. Identificamos que a universalidade no contexto capitalista refere-se à atomização da diversidade cultural e humana, condizente com a unidimensionalidade observada por Herbert Marcuse no contexto da sociedade industrial avançada. Em diálogo com a contemporaneidade, o atual ciclo do capitalismo, alicerçado aqui na razão neoliberal sistematizada por Pierre Dardot e Christian Laval, que evoca o empreendedorismo, a meritocracia, a competitividade, entre outros conceitos – tem o objetivo de formar um sujeito adequado à racionalidade hegemônica e capaz de reproduzir as normas vigentes. Desse modo, qualquer identidade que rompa com os padrões estabelecidos pelo éthos coletivo mobilizado por Judith Butler, é alvo de abjeção como nos apresenta Berenice Bento. Utilizamos a abordagem da teoria crítica para expor a estrutura e os modos de dominação – econômico e ideológico – capazes de transformar a desigualdade em epidermização com Franz Fanon, e conseqüentemente, em epistemicídio por Sueli Carneiro, considerando o racismo uma construção histórico-social da colonização e do capitalismo. O próprio pressuposto injetado pelo atual modelo de educação, indicado na elaboração de currículo esvaziador das humanidades, corrobora para a ideia do não-reconhecimento dentro do sistema educacional de corpos estranhos. Portanto, utilizamos a teoria Queer para ampliar o panorama da discussão, desafiando a condição binária e heteronormativa como padrões do ser humano



universal. Trata-se de uma investigação teórica qualitativa que aborda o documento curricular como objeto, utilizando a Análise de Conteúdo, que envolve a sistematização e interpretação de dados. A ferramenta Voyant auxiliou na identificação da recorrência de termos e na criação de uma nuvem de palavras, facilitando a categorização e as primeiras análises. Em paralelo, a coletânea O Novo Ensino Médio, Neoliberalismo e Políticas Educacionais desenvolvida e organizada pelo Grupo de Estudos em Teoria Social e Políticas Públicas, agregou outros prismas à compreensão do currículo. A pesquisa aponta que o currículo materializa e conecta saber, identidade e poder como um dispositivo que opera na legitimação de uma identidade baseada na hierarquização eurocêntrica do ideal humano. Nesse sentido, o antropólogo Kabengele Munanga ao abordar conceitualmente raça, racismo, identidade e etnia, expõe que o racismo – originalmente alicerçado na desumanização e hierarquização de determinados grupos étnicos – suscita outras modalidades de preconceito, envolvendo mulheres, jovens, homossexuais e outros indivíduos pertencentes a categorias sociais marginalizadas. Como resultado, identificamos o DC-GOEM priorizando o ensino tecnicista e utilitário, alinhado aos interesses de mercado, comprometendo o ensino científico e crítico e negligenciando a manifestação da diversidade humana. Entre os termos mais recorrentes, destacam-se “prática”, “conhecimento” e “habilidade”, com 1.358, 1.151 e 1.054 ocorrências, respectivamente, em contraste com “gênero” (181), “negr*” (129), “orientação” (20), “raça” (20), “etnia” (6) e “sexualidade” (4). A partir desse levantamento, adotou-se uma abordagem mais minuciosa para compreender o campo semântico que esses léxicos - indispensáveis à perspectiva adotada nesta pesquisa - são apresentados no currículo goiano. Observamos que “gênero” dentro do documento, corresponde à área das linguagens, isto é, gênero discursivo, textual e/ou musical. Embora os referenciais do currículo incluam uma obra que aborda a transexualidade e conste na lista de siglas o “LGBTI”, não há menção à identidade de gênero sob um prisma histórico, cultural e/ou político que incentive o letramento e a reflexão. “Transexual” aparece apenas três vezes, todas no apêndice que se refere a personalidades públicas – nome e breve descrição – citando Laura Castro Teixeira, Roberta Close e Leia T. Essa abordagem foi replicada aos demais léxicos elencados, a fim de compreender o campo semântico atribuído a cada um no Novo Ensino Médio no estado de Goiás. Sem o objetivo de criar simetria entre essas identidades, mas sim demonstrá-las como alvo do mesmo fenômeno, é possível afirmar que o preconceito racial e o preconceito de gênero e/ou orientação sexual fazem parte de um projeto colonial que atravessa os ciclos do capitalismo até o neoliberalismo, abjetando a identidade negra e as identidades Queer por sua capacidade de romper com o saber-poder hegemônico.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Reconhecimento; Gênero; Raça.

Agrupamos todas as flexões de "negro" (78), "negra" (50) e "Negrão" (1), mantendo “negr” como código, totalizando 129 repetições. “Negrão” refere-se ao sobrenome de uma integrante da equipe do “Protagonismo Juvenil” da Seduc.

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA DE ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR NO IFG/ ANÁPOLIS-GO

SILVA, Aldair Lima¹. e-mail: aldair.lima@academico.ifg.edu.br

Borges, Kamylla Pereira². e-mail: kamylla.borges@ifg.edu.br

Licenciatura em Ciências Sociais

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Anápolis-GO

Trata-se de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo geral analisar o impacto das políticas de ação afirmativa no IFG/Anápolis, com foco na inclusão, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes público-alvo dessas ações. O estudo irá explorar a importância das políticas de ação afirmativa para enfrentar desigualdades históricas e promover a inclusão de estudantes de grupos historicamente excluídos no ensino superior. A pesquisa parte do pressuposto de que o Brasil é marcado por desigualdades estruturais que afetam não apenas a economia, mas também questões sociais, raciais e de gênero. Dentro desse cenário, as políticas de ação afirmativa emergem como um mecanismo para mitigar as disparidades e democratizar o acesso ao ensino superior. A adoção dessas políticas no Brasil ganhou força após a redemocratização, na década de 1980, com o apoio de movimentos sociais que reivindicavam maior representatividade nas universidades, especialmente o movimento negro. A institucionalização dessas políticas culminou na aprovação da Lei nº 12.711/2012 (Lei das Cotas), que reservou vagas para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas nas universidades federais. Programas como o PROUNI e REUNI, implementados nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, também contribuíram para aumentar o número de estudantes desses grupos no ensino superior, exigindo do Estado políticas de permanência para garantir o sucesso acadêmico desses alunos. O estudo é ancorado no campo dos Direitos Humanos e nas reflexões sobre igualdade e inclusão na educação. Autores como Feres Jr. et al. (2018), Lima (2010) e Paula (2009) são utilizados para contextualizar a história das políticas de ação afirmativa no Brasil e o impacto das mesmas durante os governos de Lula. Além disso, Piovesan (2005) e Candau (2008) fornecem a base teórica para o debate sobre educação em Direitos Humanos, destacando as contradições e desafios enfrentados pelas políticas de inclusão. Os estudos de Silvério (2022) e Gomes e Silva (2021) complementam a discussão, abordando a implementação das políticas de ação afirmativa e a luta pela igualdade racial no Brasil. A pesquisa também se apoia em análises mais recentes, como os de Coelho e Piana (2023) e Arrigoni (2022), que exploram os desafios enfrentados pelos estudantes de baixa renda e outros grupos marginalizados para ingressar e permanecer no ensino superior. Essa pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A metodologia inclui a análise de documentos institucionais que regulamentam essas políticas e a realização de entrevistas semiestruturadas com estudantes público-alvo. A pesquisa se divide em três fases: 1. Revisão bibliográfica, leitura de artigos e produções atualizadas sobre o tema. 2. Análise documental, que examina os principais documentos que fundamentam as políticas de ação afirmativa no IFG. 3.



Entrevistas semiestruturadas com estudantes para investigar suas percepções sobre o papel dessas políticas no sucesso escolar. Os dados serão analisados por meio de técnicas de análise de conteúdo, utilizando o software NVivo para categorizar as informações e identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes. Resultados Esperados O estudo pretende oferecer uma visão crítica sobre a eficácia das políticas de ação afirmativa no IFG/Anápolis, identificando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelos estudantes beneficiados. Espera-se que os dados obtidos sirvam de base para o aprimoramento dessas políticas, propondo soluções para fortalecer a inclusão e a permanência de estudantes no ensino superior. Além disso, os resultados da pesquisa serão disseminados em forma de artigos científicos, capítulos de livros e apresentações em congressos. A pesquisa contribui para o debate mais amplo sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e pode influenciar futuras formulações de políticas públicas voltadas à democratização do ensino superior. As contribuições da pesquisa serão significativas para o debate sobre a eficácia das políticas de ação afirmativa no Brasil e para a formulação de novas estratégias que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes de grupos marginalizados no IFG/Anápolis.

Palavras-chaves: Educação; Ação-Afirmativa; Acesso; Inclusão; Democratização; Permanência.

O IMPACTO DA PANDEMIA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CAMPUS ANÁPOLIS.

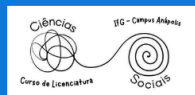
OLIVEIRA, Francilene Alves¹. BORGES, Kamylla Pereira².

¹francileneoliveira7692@gmail.com

²Kamylla.borges@ifg.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás–Campus Anápolis

Este estudo investigou os impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE) no ensino de Sociologia do Instituto Federal de Educação campus Anápolis, buscando compreender em que medida a ausência do ensino presencial afetou a participação e compreensão dos alunos. A pesquisa teve como foco os desafios e deficiências enfrentados pelos alunos durante a pandemia de Covid-19, contexto em que o ERE revelou desigualdades sociais e questionou se o ensino de Sociologia conseguiu cumprir seu papel formativo e socializador. A metodologia qualitativa, realizada por meio de um Grupo Focal, incluiu as três turmas do terceiro ano do ensino médio, escolhidas pelo fato de terem ingressado no Instituto no início da pandemia, o que permitiu avaliar o impacto prolongado do ensino remoto nesses alunos. Com base em perguntas norteadoras que guiavam as conversas, os estudantes puderam relatar suas experiências educacionais e sociais durante a pandemia, compartilhando aspectos relacionados tanto aos estudos quanto à convivência com colegas e familiares. Ao direcionar a análise para as relações sociais, a pesquisa adotou os conceitos de Durkheim sobre família e escola. Durante a pandemia, houve uma sobreposição dos ambientes familiar e escolar, pois a educação passou a ocorrer no espaço doméstico, mediada por dispositivos eletrônicos. O primeiro desafio abordado pelos estudantes foi a adaptação do lar para acomodar as aulas remotas, que ocorriam em dois períodos ao longo do dia. Muitos alunos relataram dificuldades com a qualidade da conexão de internet e a ausência de equipamentos adequados. Além disso, a falta de um espaço próprio para estudar sem interrupções foi uma questão unânime, afetando tanto a concentração quanto o processo de aprendizagem. Um ponto adicional, e não previsto inicialmente nos objetivos do estudo, foram as desigualdades de gênero, observadas na diferença de participação entre alunas e alunos. Enquanto muitas meninas assistiam às aulas, também executavam tarefas domésticas, como lavar louça e limpar a casa, o que afetava diretamente seu desempenho e engajamento nas atividades escolares. Conclui-se que o ambiente doméstico, embora imprescindível durante o ERE, não proporcionou aos estudantes as condições necessárias para uma participação ativa e satisfatória. A comparação com o ambiente escolar, estruturado para o aprendizado e a socialização, revelou uma disparidade no desempenho e na qualidade da compreensão dos conteúdos. A experiência do ensino remoto escancarou a



necessidade de um espaço educacional formal, capaz de suportar o desenvolvimento integral dos alunos, e aponta para a importância de políticas educacionais que considerem essas desigualdades, garantindo assim uma estrutura mais inclusiva e adequada ao aprendizado.

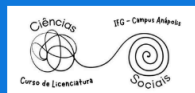
Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial, Sociologia, Escola, Pandemia.



Simpósio do Curso
de Licenciatura em
Ciências Sociais

Transgredir o Silêncio

fazer Ciências Sociais aqui e agora



Instituto Federal de Goiás
Campus Anápolis

TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA, CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E (DE)FORMAÇÃO HUMANA

FERREIRA, Giovanna¹; CUNHA, Gessione Alves da²; SOARES, Maria Conceição³, DALIO, Danilo José⁴;

¹Instituto Federal de Goiás, Campus Anápolis. Email: giovanna.f@estudantes.ifg.edu.br

²Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis. Email: cunha.gessione@estudantes.ifg.edu.br

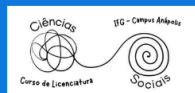
³Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis. Email: soares.maria@estudantes.ifg.edu.br

⁴ Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis. Email: danilo.dalio@ifg.edu.br

O projeto de pesquisa tem como alicerce teórico a teoria crítica frankfurtiana com maior destaque para as obras de Theodor W. Adorno. A Pesquisa “teoria crítica frankfurtiana, conservadorismos na educação brasileira e (de)formação humanas propõem-se a desenvolver a relação entre conservadorismo e educação, e como políticas e práticas pedagógicas têm influenciado a (de) formação humana, de modo que poderá influenciar a construção de um pensamento crítico e emancipatório a fim de promover a resistência à barbárie. Deste modo salientando a importância da teoria de Adorno ao que se refere a indústria cultural e a cultura de massas como influências no processo formativo contemporâneo. A pesquisa tem um papel de caráter significativo, dado que a educação atua como uma das principais protagonistas no processo de formação humana, sendo ela mesma um produto instrumentalista das práticas neoliberais que conduzem à barbárie, evidenciada na teoria frankfurtiana e é através do aprofundamento de professores e alunos que podemos compreender como e de que forma o conservadorismo está presente nas políticas educacionais neoliberais, a fim de entendermos a fragilidade de disseminação de um sistema favorável a execução de uma educação inclusiva e emancipatória. Será desenvolvida a partir de três etapas, considerando a metodologia de estudo a revisão bibliográfica histórica e teórica das obras do frankfurtiano Theodor W. Adorno; a análise da interferência do neoliberalismo nas políticas educacionais e a análise crítica do papel do conservadorismo na formação humana no Brasil, referindo-se principalmente aos anos de 2016 a 2022. Deseja-se suceder como principais resultados as ligações do conservadorismo e neoliberalismo nas práticas educativas, pois é por meio desse intermediário que percebemos as consequências de uma educação autoritária. Será de grande relevância também a produção prática de um referencial teórico que se alinha à promoção de impulsos aos educadores para o fomento de uma educação emancipatória e crítica.

Palavras-chave: Teoria Crítica Frankfurtiana; Neoliberalismo; Conservadorismo.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Goiás (PIBIC-Af, Edital 12/2024). FERREIRA, Giovanna Fontes agradece ao CNPq pela bolsa concedida.



A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA LEI 10.639/2003, E A RELAÇÃO COM AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS

LOPES, Isabella ¹

¹ Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis.

O ensino antirracista, pautado na Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira é um dos mecanismos de maior importância para corrigir um cenário de preconceito e violência racial na escola. Segundo o texto “As religiões de matrizes africanas no contexto da efetivação da lei 10.639/03 de Maurício Benedito, trazer a história africana e afro-brasileira para a sala de aula é permitir que os jovens presentes tenham acesso à cultura matriz de povos trazidos para o Brasil, portanto é de extrema importância tratar, desde os anos escolares iniciais, a contribuição da comunidade negra na formação da identidade nacional. A intenção deste projeto é analisar e discutir o modo como docentes trabalham essa temática em sala de aula e como o racismo estrutural influencia na ocultação de conteúdos voltados a essas religiosidades. O interesse para realização deste projeto surgiu a partir de um cenário estruturalmente racista que impede jovens negros de terem contato com sua ancestralidade, o que pode ser exemplificado pela dissertação de mestrado defendida no ano de 2016 por Maurício Benedito da Silva Vieira, intitulado como “As religiões de matrizes africanas no contexto da efetivação da lei 10.639/03” em que foi possível observar no ambiente estudado (escolas municipais de educação básica). Apontamos nesse trecho o descaso ao relacionar as religiões de matrizes africanas no contexto escolar “Os docentes por não fazerem menção a fatores religiosos específicos de matrizes africanas, como parte dos fundamentos culturais demonstram desconhecimento sobre o assunto e gera de certa maneira falta de embasamento no trato da questão” (BENEDITO, 2016), o distanciamento da cultura nas esferas escolares, excluir certas práticas pedagógicas, chamada pela autora Nilma Gomes de ‘prática deseducativas’, o descaso e desinteresse dos professores compromete a aprendizagem do estudante. O trabalho tem por objetivo analisar e discutir o modo como discentes aplicam a lei 10.639/2003 em sala de aula, mais especificamente no que tange aos conteúdos relacionados à religiões de matriz africana. Os objetivos específicos deste trabalho são proporcionar um espaço de reflexão sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, especialmente no contexto do ensino religioso; promover a visibilidade de autores negros, destacando suas contribuições e perspectivas; realizar uma análise bibliográfica de trabalhos que abordam o tema das Relações Étnico-Raciais no contexto do ensino básico; e conscientizar a comunidade escolar, incentivando uma problematização crítica sobre o tema. A metodologia adotada para a realização deste trabalho consistiu em sete partes principais: definição de fontes de pesquisa e material a ser utilizado; definição de recorte temporal; seleção de artigos por meio de bibliometria; seleção de artigos manualmente; refinação dos artigos selecionados; divisão de artigos pela quantidade de pesquisadores; análise do material estudado. O racismo estrutural presente na sociedade abre espaço para



que existam outros preconceitos enraizados, que vinculam a tudo o que as comunidades africanas produzem em termos de conhecimento, a lei obriga a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas e, portanto, a intolerância religiosa não pode ser dissociada do racismo religioso que também faz parte da estrutura. Trazer para o âmbito escolar a religião de matrizes africanas não significa ensinar dogmas, mas sim a culturalidade e ancestralidade dos escravos, o candomblé traz consigo a memória, resistência e luta de povos que foram retirados do continente africano. “A vida do Candomblé proporciona o encontro com fontes africanas, mantidas vivas nestes espaços sagrados que são os terreiros” (SILVA VIEIRA, 2016), os cultos transformaram-se em lugar que os escravos tinham para retornar a cultura africana. O colonizador demoniza essas religiões mediante as práticas feitas nos terreiros. Esse imaginário provém da ideia do homem universal e ao fazer distinção de raça quando se encontra com diferente gera o um estranhamento, segundo o autor François Laplantine existe a recusa do estranhamento, na qual leva os europeus a observar outros povos como “selvagens”. O que reforça o discurso de toda e qualquer forma de cultura produzida por povos negros é subalternizada, sendo o racismo o pilar dessa reação, dessa forma a escola se converte a um lugar de manutenção dessas colonialidades. Portanto, essa discussão está relacionada aos desafios existentes para a aplicação da Lei 10.639/2003 no que tange ao ensino de religiões de matriz africana. As resistências precisam ser quebradas e rever as práticas docentes precisa ser uma tarefa contínua. Por meio da revisão bibliográfica compreende-se que, os espaços de educação precisam fortalecer sua política de educação antirracista por meio da aplicação da Lei nº 10.639/2003. O sistema educacional brasileiro ainda precisa fomentar, as discussões necessárias para uma eficiente educação antirracista, no ensino fundamental e médio, para combater ao racismo religioso e institucional.

Palavras-chave: Religiões de Matrizes; Africanas, Educação; Lei 10.639/2003.



ETNOGRAFIA DA MORTE: O CEMITÉRIO SÃO LUIZ COMO SÍMBOLO DA VIOLÊNCIA URBANA NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

GONÇALVES, Lucas Vilaça; CARVALHO, Thiago Macedo de

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG), lucasvilacagoncalves96@gmail.com

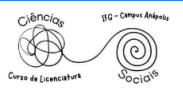
² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB), thiagomcarvalho@hotmail.com

Em um conto do dramaturgo Nelson Rodrigues, um personagem que acaba de perder seus bens narra o medo de ser enterrado como pobre: “não sou defunto de cova rasa” – trata-se de um tipo de sepultura em que o corpo é enterrado de maneira superficial, local destinado a corpos marginalizados, geralmente vítimas de mortes violentas. O grupo de rap Racionais MC's materializa esse cenário em sua música *Fórmula Mágica da Paz*, ao narrar: “Agradeço a Deus e aos Orixás, parei no meio do caminho e nem olhei pra trás, meus outros manos todos foram longe demais, Cemitério São Luís, aqui jaz”. O cemitério São Luiz, conhecido popularmente como “cemitério dos homicídios”, inaugurado no ano de 1981 na zona sul de São Paulo, sendo o último cemitério construído pelo poder público paulistano. A necrópole contém apenas covas rasas, onde o corpo é sepultado diretamente na terra, as vezes demarcado apenas por uma cruz e após 3 anos, o cadáver é retirado e colocado em um ossário, sendo destinado às pessoas menos abastardas da cidade, localizado em uma região de extrema violência. Aqueles que vivem nas redondezas do cemitério possuem muitas histórias, de acordo com entrevistas realizadas em 2024, há relatos de muitos velórios interrompidos por trocas de tiros, outros escoltados pela polícia conforme o grau de periculosidade dos envolvidos. Segundo alguns moradores próximos ao cemitério, quando chove é comum ver corpos sendo levados pela enxurrada de tão rasas que são as valas. Estima-se que seja o terceiro cemitério com o maior número de pessoas sepultadas por mortes violentas, ficando atrás somente dos cemitérios de Cali e de Medellín na Colômbia. Em 1996, a região do Capão Redondo e Vila Ângela são consideradas as mais perigosas do mundo, bairros negligenciados pelo poder estatal, onde a violência se enraizava. Segundo o antropólogo Pierre Clastres (1977), a violência é uma resposta à percepção das ameaças e da falta de estrutura promovidas pelo Estado. Segundo os dados coletados nos documentos do cemitério e em arquivos de jornais, em meados da década de 1990, eram realizados cerca de 800 a 1000 sepultamentos por mês, aproximadamente 80% das pessoas enterradas foram assassinadas, sendo dois terços na faixa etária dos 13 aos 25 anos, a média geral de idade dos sepultados no local é de 30 anos. De acordo com a antropologia interpretativa, o cemitério torna-se um símbolo material da violência, como se vê na periferia de São Paulo na década de 1990, demarcado por um mural com várias fotos de jovens, em sua maioria homens negros, formando assim uma teia de



significados (Geertz, 1978). Os símbolos que formam essas teias, se interpretados contam a história da violência sofrida por moradores da periferia da maior cidade do Brasil. Em consonância com a etnografia realizada e os registros históricos descritos, continuamos mobilizamos o rap por evidenciar a violência urbana da década de 1990 nos bairros da periferia paulistana. A letra composta por Mano Brown apresenta a perspectiva de um morador da favela que observa o cotidiano atravessado pelo homicídio em massa e ininterrupto, sem naturalizá-lo, mas sim denunciando-o: “o extremo sul da Zona Sul tá tudo errado, aqui vale muito pouco a sua vida, a nossa lei é falha, violenta e suicida”, nesse trecho – como em outros momentos da música – o Estado e seus agentes são descritos como aqueles perpetuam a morte generalizada. Adiante, o cemitério São Luís é retratado no rap como o destino comum das pessoas cujas vidas foram interrompidas pela violência, independentemente de estarem ou não “na função”, ou seja, de estarem envolvidas na criminalidade ou serem apenas moradoras dessas regiões. Para além das questões espaciais-geográficas, essas pessoas partilhavam os mesmos marcadores sociais, percebido pelo eu lírico ao descrever o movimento que observará no dia 02 de novembro (Finados): “eu parei em frente ao São Luís do outro lado. E durante uma meia hora olhei um por um e o que todas as senhoras tinham em comum: a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela vida dura”. A *Fórmula Mágica da Paz* expõe como o Estado pode ser seletivo, voltando-se para a proteção ou eliminação de determinados corpos/grupos. Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*, defende a premissa de que a violência se produz na dinâmica dos jogos de poder e se mostra cada vez mais difusa com marcador social da diferença. Já Franz Fanon em *Os Condenados da Terra*, argumenta que essa violência sistemática estrutura-se para desumanizar e alienar os indivíduos marginalizados, gerando uma “sub-humanidade” dentro dos próprios territórios nacionais. Nesse sentido, o rap, a etnografia e os documentos oficiais denunciam e testemunham a perpetuação dessa lógica que opera sobre a periferia paulistana, onde o cemitério São Luís simboliza não apenas a morte física, mas o extermínio daqueles que têm sua humanidade, a partir dos marcadores sociais, deslegitimada.

Palavras-chave: Cemitério São Luiz; Homicídio; Periferia; Racionais MC's; Violência.



RAP E POESIA ACÚSTICA COMO EXPRESSÃO DO FEMINISMO AFRO-BRASILEIRO EM (ANÁPOLIS-GO)

ALVES ROCHA, Ravila Geralda¹ ; DALIO, Danilo José².

¹Instituto Federal de Goiás, Anápolis, ravilarocha021@gmail.com

²Instituto Federal de Goiás, Anápolis, danilo.dalio@ifg.edu.br

Este estudo investiga a contribuição do rap e da poesia acústica na construção da identidade de gênero feminino entre mulheres afro-brasileiras, com foco na cidade Anápolis Goiás. A justificativa para essa pesquisa reside na urgência de compreender como essas formas de expressão têm sido utilizadas por mulheres negras para denunciar desigualdades sociais e de gênero, além de construir narrativas próprias de suas vivências. O rap, que emergiu da cultura afrodescendente nas periferias urbanas, é reconhecido como uma poderosa ferramenta de resistência contra o racismo e a pobreza, enquanto a poesia acústica, com suas raízes nas tradições orais e na poesia falada, serve como um espaço de articulação das demandas políticas e sociais dessas mulheres. Esses gêneros, apesar de suas distinções, proporcionam plataformas para que vozes marginalizadas possam se expressar e reivindicar seus direitos, sendo especialmente relevantes em um contexto onde as experiências das mulheres negras frequentemente são silenciadas. O objetivo deste estudo é analisar como o rap e a poesia acústica influenciam a construção da identidade de gênero das mulheres negras, em um cenário social marcado pelas interseções entre racismo e sexismo. Para isso, adotou-se uma metodologia interdisciplinar que combina elementos da sociologia, dos estudos culturais e da teoria feminista interseccional, com base em obras de autoras como Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Rebeca Freire. A pesquisa qualitativa será realizado por meio da análise de letras de músicas, entrevistas com artistas e observações de performances públicas, permitindo uma análise crítica das manifestações artísticas. Os resultados preliminares indicam que, tanto no rap quanto na poesia acústica, as mulheres negras encontram um espaço de expressão que lhes permite compartilhar suas histórias e resistir à opressão que enfrentam diariamente. Mesmo em um ambiente predominantemente masculino, as mulheres negras estão cada vez mais ocupando espaço, utilizando suas letras e performances para dismantelar estereótipos. O impacto dessas artistas é significativo, pois suas músicas não apenas refletem suas realidades, mas também inspiram movimentos de resistência e solidariedade, promovendo debates sobre justiça social. A análise das obras de Djamila Ribeiro, que discute o feminismo negro, e de Carla Akotirene, que aborda a interseccionalidade, é essencial para entender como essas artistas se posicionam e como suas expressões artísticas são moldadas por suas identidades múltiplas.



Espera-se que essas manifestações artísticas desempenham um papel essencial na luta por igualdade, proporcionando visibilidade às experiências das mulheres negras e fortalecendo sua autoestima e senso de pertencimento. O rap e a poesia acústica, portanto, vão além de gêneros musicais; são meios de transformação cultural e social. Esta pesquisa contribui para uma maior compreensão das interações entre arte, raça e gênero, reforçando a relevância dessas expressões culturais no combate às desigualdades no Brasil.

Palavras-chave: feminismo negro; rap; poesia acústica; identidade de gênero; afro-brasileiro.